

**Intervenção da Presidente da Associação dos Magistrados da
Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal Juíza Conselheira
Fernanda Martins Xavier e Nunes, na sessão de abertura do Colóquio
«A JUSTIÇA FISCAL HOJE- Velhos problemas, novos desafios»**

Evento organizado pela A.M.J.A.F.P., no dia 30 de Abril de 2010, no auditório Cardeal
Medeiros da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa

Bom dia.

**As minhas primeiras palavras vão para a mesa desta sessão de
abertura.**

**Naturalmente, para agradecer, em primeiro lugar, ao nosso anfitrião,
o Senhor Director da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade
Católica Portuguesa, pelas gentis palavras que nos dirigiu, pelo facto de nos ter
acolhido aqui, hoje, neste magnífico auditório, bem como por toda a
disponibilidade que sempre manifestou e pelo apoio que nos deu na organização do
Colóquio.**

**Cumprimento também Sua Excelência, o Senhor Presidente do
Supremo Tribunal Administrativo que abrirá, de seguida, os trabalhos e a quem,
desde já, agradeço toda a colaboração prestada.**

**Também quero deixar uma saudação e um agradecimento ao Senhor
Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que nos dá a honra da sua presença e da
sua participação nesta sessão de abertura.**

**Dirijo-me agora a todos os Ilustres convidados ou seus representantes,
que aceitaram o nosso convite e aqui estão, para lhes dizer que a Associação se
sente muito honrada pela vossa presença e por poder partilhar convosco este
momento.**

**Permitam-me, ainda, que dirija uma saudação muito especial a todos
os oradores e moderadores, pela disponibilidade para participarem neste**

Colóquio, dando-nos assim o privilégio de ter connosco dos mais conceituados magistrados, professores e especialistas do direito fiscal.

Finalmente, dirijo-me a todos os associados presentes e restantes magistrados e aos profissionais das várias profissões jurídicas que se interessaram pelo evento, bem como às associações que aqui os representam, sejam bem-vindos.

Minhas Senhoras e meus senhores

Aproveito esta sessão de abertura, para vos dar a conhecer a Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal, de constituição recente, remonta a Abril de 2007, mas que tem a ambição de se tornar um centro de debate das matérias que interessam à jurisdição, como, aliás, não podia deixar de ser, uma vez que todos os seus associados são magistrados (judiciais e do ministério público) da jurisdição administrativa e fiscal.

É objectivo da Associação a divulgação, estudo e aprofundamento do direito administrativo e do direito fiscal, bem como dos direitos humanos e de cidadania e para cumprir esse objectivo a Associação irá organizar, no mandato desta Direcção, colóquios e outros eventos e também grupos de trabalho para elaboração de estudos sobre temas jurídicos relevantes e da actualidade no âmbito do direito administrativo e fiscal.

Este colóquio, que versa sobre direito fiscal, é o primeiro realizado pela Direcção a que eu presido e o segundo da Associação, mas está no plano de actividades da Associação para este ano, a realização de mais um colóquio, em Novembro, este sobre direito administrativo, cujo tema será divulgado oportunamente e ainda a realização do primeiro encontro de magistrados da jurisdição, no próximo mês de Junho, evento este aberto, em princípio, apenas a associados.

A Associação pretende, por esta via, facilitar uma maior aproximação entre os magistrados da jurisdição, ser um veículo de intercâmbio de conhecimentos e de convívio.

A Associação também considera essencial o debate com a Universidade, privilegia mesmo esse debate, porque a Universidade significa, saber, conhecimento, investigação. A universidade traz-nos novas abordagens do direito, introduz novos dados para a evolução do pensamento jurídico e nós, magistrados, precisamos de nos actualizar, de acompanhar essa evolução.

Mas porque a prática jurídica é indispensável para testar o pensamento jurídico, a Associação conta, em especial, com os seus associados, magistrados com quem fazemos questão de trabalhar, em conjunto, para tornar cada vez mais digna a jurisdição administrativa e fiscal.

E, evidentemente, a Associação pretende também o debate com os altos responsáveis da Administração Pública e com a sociedade civil, já que a jurisdição administrativa e fiscal é a jurisdição que dirime os litígios entre o Estado Administração e os cidadãos e é bom que a nossa Administração Pública se empenhe no saber e se interesse pela jurisprudência e pelo rigoroso cumprimento das decisões judiciais, para que os nossos administrados se orgulhem dela e sintam que os tribunais administrativos e fiscais são, efectivamente, os garantes dos seus direitos.

A Associação está empenhada em que a jurisdição administrativa e fiscal se torne o paradigma do bom funcionamento da justiça em Portugal.

É esse o nosso principal objectivo e estou certa que o debate e a troca de conhecimentos e de experiências com V. Ex. as, nos ajudará a concretizá-lo.

Quanto às grandes linhas deste Colóquio estão traçadas nos temas dos três painéis, a tratar pelos distintos oradores, com o rigor do tempo que se impõe, tarefa que cabe aos excelentíssimos moderadores (cerca de 20, no máximo 30 minutos cada intervenção e quinze minutos por debate) e, claro, o respeito dos tempos de pausa, o que se pede a todos, para que pudermos cumprir o programa.

Bem hajam por terem vindo.

Passo agora a palavra ao Senhor Presidente do Supremo Tribunal Administrativo.
